



CONAMP participa de primeiro encontro de procuradores-gerais com parlamentares em Pernambuco

Pág. 2

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Alteração na composição do CNMP é tema de audiência pública com a presença da CONAMP



Pág. 5

PLENÁRIO

Em sessão conjunta, CNMP e CNJ aprovam resoluções conjuntas que tratam de concursos públicos e da criação de painel sobre meio ambiente



Pág. 10

STF

CONAMP ingressa com ADI em face dos vetos derrubados no Pacote Anticrime



Pág. 12

CONAMP participa de primeiro encontro de procuradores-gerais com parlamentares em Pernambuco



Integrantes da diretoria e do conselho deliberativo participaram, nesta sexta-feira (06), em Recife (PE), de reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPJ) com a bancada federal de Pernambuco. Durante o encontro de estreitamento das relações institucionais com os membros do Poder Legislativo, foram discutidas proposições afetas ao Ministério Público brasileiro

O presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, afirmou que o momento foi “de inovação e união”. “As unidades do Ministério Público brasileiro possuem intenção de construir um

diálogo com todos os setores da sociedade. Estamos à disposição de contribuir e avançar em prol da democracia e da cidadania”, disse.

A reunião foi organizada pelo Procurador de Justiça de Pernambuco, Paulo Augusto de Freitas Oliveira, com o apoio do CNPJ, da CONAMP e da Asso-



ciação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE).

“Esse tipo de conversa é essencial no momento de reflexão em que vivemos, quando nossa instituição precisa se unir para seguir forte e respeitada. Felizmente Pernambuco, sempre vanguardista em ideias e em ações, conseguiu agregar em pouco tempo um grupo representativo do MP brasileiro para esse encontro”, destacou a presidente do (CNPGE), Ivana Cei, que também é procuradora-geral do MP do Amapá.

Em sua saudação aos parlamentares pernambucanos, Paulo Augusto Freitas frisou que o Ministério Público está levantando a bandeira do diálogo e da institucionalidade. “O MP reconhece em vocês os representantes da sociedade. Nós estamos inaugurando uma nova fase



de diálogo com o parlamento brasileiro, para estreitar as relações institucionais. Esperamos que esse evento de hoje percorra o país construindo pontes”, salientou Freitas.

Já a presidente da AMPPE, Deluse Amaral, apontou que o encontro foi um momento histórico. “Quando nos unimos para agregar forças e abrir um canal

de contato com os parlamentares em busca de soluções para os problemas que atingem os cidadãos, estamos intensificando e promovendo uma cultura de diálogo dentro da nossa Instituição”, assegurou.

A abertura de um contato duradouro com os parlamentares também foi celebrada pelo vice-presidente do CNPGE do Nordeste, Manuel Pinheiro Freitas. Segundo ele, o encontro de hoje “valoriza a institucionalidade em prol da preservação do arcabouço democrático da Constituição Federal de 1988 nesse momento, que é de crise sanitária, econômica e política”, complementou. Pinheiro, que também é procurador-geral de Justiça do Ceará, se comprometeu a realizar evento semelhante no seu Estado.



Já o senador Fernando Bezerra Coelho classificou como muito importante a realização do encontro dos procuradores-gerais do Nordeste com os representantes de Pernambuco no Congresso Nacional. “O Ministério Público é uma das mais importantes instituições do Estado brasileiro; no momento em que se discute reforma administrativa, é necessário repassar os principais pontos que a bancada deve considerar para preservar a independência e a autonomia do MP, para que ele possa continuar cumprindo com as obrigações que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal”, frisou.

Para o deputado Wolney Queiroz, coordenador da bancada de deputados federais de Pernambuco, o estabelecimento do diálogo entre Ministério Público e Legislativo trará resultados muito positivos. “De certa forma, a gente se ressentia de não haver um diálogo maior com o MP a nível nacional. Nosso desafio, enquanto parlamentares, é proporcionar todas as garantias para que o MP possa desempenhar, da melhor forma possível, o seu papel. Esse diálogo entre a bancada de Pernambuco e os membros do MP é um marco para o futuro das nossas instituições”, declarou.



O ouvidor-geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Oswaldo D’Albuquerque, complementou a fala dos demais integrantes da mesa e ponderou a necessidade de se fortalecer a harmonia com as demais instituições na defesa das prerrogativas do MP brasileiro.

Também participaram da mesa de honra do encontro o subprocurador-geral da República Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, representando o procurador-geral da República Augusto Aras; o corregedor nacional do CNMP, Rinaldo Lima; o conselheiro do CNMP Sílvio de Amorim Júnior; e a presidente da Associação do MPPE, Deluse Amaral.

A bancada pernambucana foi representada pelo senador Fernando Bezerra Coelho e pelos deputados federais Augusto Coutinho, Wolney Queiroz, Raul Henry, Tadeu Alencar, Fernando Monteiro, Carlos Veras, Ossesio Silva, Marília Arraes e Eduardo da Fonte.

Homenagem

Na oportunidade, foram entregues placas relativas à Comenda do Selo Comemorativo aos 130 anos de criação do Ministério Público de Pernambuco. O presidente da CONAMP foi um dos homenageados.

Com informações e fotos do Ministério Público de Pernambuco

Alteração na composição do CNMP é tema de audiência pública com a presença da CONAMP

No início de agosto, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, participou de audiência pública sobre a PEC 05/2021, que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A CONAMP acompanha a tramitação da proposição e as atividades da especial da Câmara dos Deputados desde a chegada da PEC no parlamento.

Murrieta iniciou pontuando a expectativa “de que o Ministério Público brasileiro e o CNMP sejam fortalecidos” com a PEC 05. “O MP é uma instituição caríssima à República e aos valores democráticos. É preciso avançar em termos de qualidade sob o aspecto do interesse público, da defesa da sociedade, do combate ao crime, e, principalmente, para garantir a força e a importância do Ministério Público na defesa da democracia, como quis o constituinte originário”, disse o presidente da CONAMP destacando a sensibilidade do tema.

Apesar de elogiar a previsão da presença de ministros no CNMP, Murrieta afirmou que a supressão de cadeira do Ministério Público do Distrito Fe-



deral e Territórios (MPDFT) gera prejuízos ao Ministério Público da União e que enfraquece a representação do órgão, especialmente no debate orçamentário. “Se formos buscar a similitude com o Conselho Nacional de Justiça, naquela casa há 15 cadeiras. No CNMP, atualmente, existem 14. Não há justificativa para suprimir a presença de um órgão da União no colegiado”.

A sugestão apresentada por Murrieta é de criar mais uma

cadeira no CNMP que seria dedicada aos MP estaduais. “Essa seria uma solução que também traz justiça na proporcionalidade. Os membros dos MP’s dos Estados são cerca de 13mil. E possuímos apenas três cadeiras no CNMP, enquanto o MPU possui 5”, explicou.

Quanto à possibilidade do corregedor externo à carreira do MP, Murrieta destacou que tal fato não ocorre em nenhuma outra instituição. “A figura do

NOTA TÉCNICA

Confira o estudo da Frentas sobre a PEC que altera composição do CNMP

FRENTAS
Frente Associativa do Ministério Público

corregedor vai além da questão correcional; ele tem papel de orientação, de ensinar, de trazer o amadurecimento, de corrigir erros que além do ponto de vista disciplinar. Como este papel pode ser dado a alguém que não possui vivência, que não conhece a instituição?”, disse. O presidente da CONAMP lembrou que todos os membros do CNMP são sabatinados pelo Senado Federal, “há controle político, avaliação de capacidade e ma-

turidade”. “Não podemos correr o risco de deixar a função do corregedor, de coordenação e orientação do Ministério Público brasileiro, sob humores e ventos que podem mudar de acordo com o perfil pessoal.”

Murrieta também comentou sobre a possibilidade de assento de servidores do MP no CNMP. “Os servidores fazem parte da atividade meio, não são agentes políticos, não possuem obrigação nem dever de julgar e de deliberar o destino da instituição. Eles não estão sob a égide disciplinar do CNMP. Seria uma figura nova que irá diminuir a independência do MP, seja nos estados ou na União”.



PEC 5: CONAMP acompanha instalação de comissão especial

SAIBA MAIS



Lideranças do MP reúnem-se com presidente da comissão especial e relator da PEC 5

SAIBA MAIS

Confira a íntegra da manifestação do presidente da CONAMP



**COMISSÃO ESPECIAL - PEC 005/21 - COMPOSIÇÃO
DO CNMP**
www.camara.leg.br

Contra desvalorização da carreira, CONAMP realiza série de reuniões com parlamentares



[| Leia mais](#)

Regulamentação do teto remuneratório estimula articulação na Câmara dos Deputados



[| Leia mais](#)

Diálogo com parlamentares mobiliza CONAMP



[| Leia mais](#)

CONAMP prestigia homenagem ao presidente do Congresso Nacional



[| Leia mais](#)

Senador Anastasia é homenageado durante comemoração do Centenário do MPM



[| Leia mais](#)

CONAMP reúne-se com o líder da bancada do Novo na Câmara dos Deputados



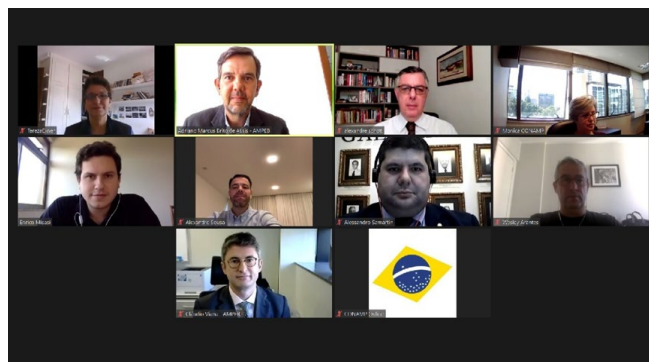
[| Leia mais](#)

Agenda de Proteção das Mulheres e Estatuto da vítima é tema de reunião com a deputada Tia Eron



[| Leia mais](#)

Relator da nova Lei de Ação Civil Pública reúne-se com a CONAMP



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de debate temático sobre revisão da Lei de Improbidade Administrativa



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de audiência pública sobre sistema prisional brasileiro



[| Leia mais](#)

Reforma administrativa: "CONAMP é contra inclusão das magistraturas e contra o texto da PEC 32", afirma presidente



[| Leia mais](#)

PARTICIPE DA PESQUISA:

PERFIL DAS MULHERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO



CLIQUE AQUI E PARTICIPE



**PESQUISA PERFIL: MULHERES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO**



Em sessão conjunta, CNMP e CNJ aprovam resoluções conjuntas que tratam de concursos públicos e da criação de painel sobre meio ambiente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizaram, nesta terça-feira (15/6), sessão de julgamento conjunta. Na ocasião, foi aprovada a resolução que trata da composição das comissões organizadoras e bancas dos concursos públicos para ingresso na magistratura e no Ministério Público. Os presidentes do CNJ, ministro Luiz Fux, e do CNMP, procurador-geral da República Antônio Augusto Brandão de Aras, estiveram presentes.

Ao receber a palavra, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, saudou a iniciativa. “Essa sessão conjunta demonstra o diálogo consolidado entre as carreiras do MP e da Magistratura. É uma honra poder participar dos concursos de juízes



e levar os critérios de avaliação dos membros do MP para o sistema de Justiça como um todo. Temos um caminho único e sólido de diálogo pela construção de um país melhor e com mais segurança para todas as carreiras”, disse.

A proposta, apresentada pelos presidentes do CNMP, Augusto Aras, e do CNJ, Luiz Fux, assegura a participação nas bancas organizadoras de, pelo menos, um integrante do Ministério Público nos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura e de, pelo menos, um integrante da magistratura nos concursos públicos para ingresso na carreira do Ministério Público. O objetivo é garantir maior pluralismo e interinstitucionalidade

nos concursos dessas carreiras, garantindo também a qualidade e a segurança dos certames. Os conselheiros seguiram o voto do relator da proposta, conselheiro do CNMP Luciano Nunes Maia Freire.

A presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil, também falou à tribuna. “Este é um momento histórico na minha vida e na vida da sociedade brasileira. Trata-se da reunião de esforços entre dois Conselhos tão importantes para a República e que têm produzido políticas públicas importantes e necessárias. Esse convênio revela um casamento que aconteceu lá atrás, com a Resolução CNJ nº 133/2011, consolidada pela Resolução CNJ nº 326. Porém,



eu vou deixar de lado a simetria e vou falar em sinergia. Ressalto algo que nos une de forma mais perene, algo que a sociedade brasileira espera de grandes instituições como o Ministério Público brasileiro e o Poder Judiciário”.

Os efeitos da proposta devem ser aplicados somente aos concursos futuros, para preservar a higidez dos certames em andamento.

Dados ambientais

A segunda proposta de resolução conjunta apreciada pelos conselheiros foi apresentada pelo CNMP, CNJ e Advocacia-Geral da União (AGU). O texto dispõe sobre a instituição do painel interativo nacional de dados ambiental e interinstitucional, denominado Sirenejud.

A proposta foi relatada pela conselheira do CNJ Maria Tereza Uille Gomes. A conselheira destacou que “a base de dados vai agregar informações de processos judicializados no Poder Judiciário e de termos de ajustamento de conduta formulados pelo Ministério Público”.

Conforme estabelece o texto da proposta, o painel conterá informações sobre as ações judiciais, cíveis, criminais e os termos de ajustamento de conduta que versem sobre a temática ambiental. Os órgãos do Poder Judiciário, os Ministérios



Públicos e a Advocacia-Geral da União terão o prazo de 90 dias para alterar os sistemas eletrônicos para inclusão dos campos definidos na proposta aprovada.

Nesses sistemas deverão conter as informações sobre as coordenadas geográficas dos vértices que definem os limites da área abrangida pela ação judicial ou TAC; município em que ocorreu dano ambiental ou onde deve ser cumprida a obrigação pactuada no TAC relativo à temática ambiental, segundo

os códigos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As três instituições envolvidas no projeto do painel regulamentarão, em ato próprio, a criação de comitês gestores, que serão responsáveis pela definição dos parâmetros e dos requisitos necessários para implantação do painel interativo nacional de dados ambiental e interinstitucional do Poder Judiciário Sirenejud.

Com informações do CNMP e do CNJ

CONAMP ingressa com ADI em face dos vetos derrubados no Pacote Anticrime

No dia 23 de junho, a CONAMP ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, em face dos vetos derrubados pelo Congresso Nacional

no Pacote Anticrime. O pedido trata de inconstitucionalidades presentes em três disposições legais do Pacote, requerendo, inclusive, a concessão de medida liminar, com o fim de determi-

nar a imediata suspensão da eficácia das normas questionadas.

[Clique aqui e leia a íntegra da ADI](#)

CONAMP e AMB acionam o STF contra lei que cria programas de equilíbrio fiscal

A CONAMP e Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) ingressaram no Supremo Tribunal Federal com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6930, com pedido de medida cautelar, contra dispositivos da Lei Complementar 178/2021, que instituiu o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF). O relator é o ministro Luís Roberto Barroso, que também está na relatoria

da ADI 5789 e da ADI 6892, que versam sobre o mesmo tema.

As entidades argumentam que a norma impugnada, ao alterar as regras de contabilização das despesas com pessoal dos Poderes viola princípios constitucionais. Entre eles, da separação entre os Poderes; da autonomia do Judiciário; do pacto federativo; da continuidade administrativa; da eficiência; do acesso à justiça e da proporcionalidade.

Para CONAMP e AMB, trata-se de uma legislação que “inviabiliza o regular funcionamento do Poder Judiciário dos Estados e do Ministério Público”, uma vez que impacta automaticamente nos percentuais concernentes aos gastos com pessoal, ainda que inexistam contratações e/ou reajustes de remunerações e subsídios.

[Clique aqui e leia a íntegra da ADI](#)

André Glitz é reconduzido à presidência da Associação Paranaense do Ministério Público



[| Leia mais](#)

Em Alagoas, nova diretoria e conselho Fiscal são eleitos para biênio 2021/2023



[| Leia mais](#)

No Piauí, Albertino Rodrigues assume presidência da APMP



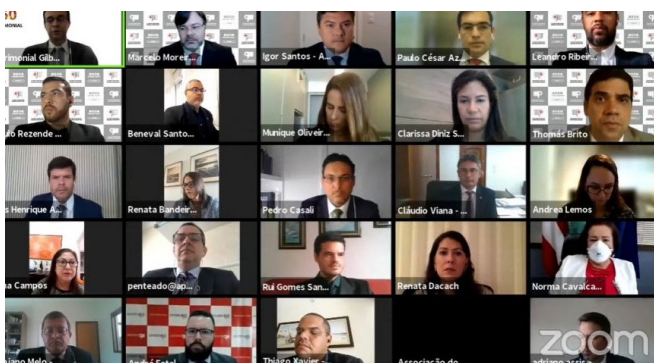
[| Leia mais](#)

Empossada nova diretoria da Associação do MP do Acre



[| Leia mais](#)

Empossada nova diretoria da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



[| Leia mais](#)

Presidente da República recebe lideranças do Ministério Público



[| Leia mais](#)

**CONAMP é favorável à criação do crime de
"Intimidação violenta"**



[| Leia mais](#)

**CONAMP manifesta-se em defesa do
sistema eletrônico de votação**



[| Leia mais](#)

**Nota pública conjunta contrária à
instituição do Regime Especial de Trabalho
Incentivado (REQUIP)**



[| Leia mais](#)

**Nota em apoio ao Corregedor Nacional
do Ministério Público**



[| Leia mais](#)

**Não perca
nenhuma novidade
da CONAMP**

Assine nossa newsletter e receba em
primeira mão as notícias da entidade



W FREETALKS

Tema: Comentários sobre a nova lei que criou o crime de violência psicológica



RENATA GIL

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e responsável pelo Pacote Basta e projeto de lei que criou o crime de violência psicológica



VALERIA SCARANCE

Promotora de Justiça do MP/SP, Coordenadora do Núcleo de Gênero, Mestre e Doutora de Processo Penal, Especialização em Vitimologia, Professora da PUC e Autora de artigos e livros



BEATRIZ ACCIOLY

Coordenadora de Pesquisa e Impacto no Instituto Avon; Especialista em violência contra mulheres, acesso à Justiça e noções de Justiça; Antropóloga; Pesquisadora escritora e educadora; Doutora e mestranda pela USP, Analista e consultora para ações de advocacy, políticas públicas e corporativas em cidadania e inclusão



GABRIELA MANSSUR

Promotora de Justiça MP/SP, Membro Auxiliar CNMP e Coordenadora da comissão de mulheres do CONAMP

CLIQUE AQUI E ASSISTA A LIVE

WEBINAR

Crime Permanente, prova ilícita e recentes decisões do STJ

ABERTURA



MANOEL MURRIETA
Presidente da CONAMP



FABIANA COSTA
Procuradora-Geral de Justiça (DF) e presidente do GNCRRM



RODRIGO BRANDALISE
Promotor de Justiça (RS) e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e de Segurança Pública



JÁDELA DA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça (SC), Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e de Segurança Pública e Doutor em Direito



PEDRO IVO DE SOUSA
Presidente da AESMP



ROGÉRIO SANCHES
Promotor de Justiça (SP) e professor de Direito Penal



BRENO RANGEL NUNES DA COSTA
Promotor de Justiça (CE), Pós graduado em combate à corrupção e Coordenador do Caocrim



DOUGLAS FISHER
Procurador Regional da República na 4ª Região

CLIQUE AQUI E ASSISTA A LIVE

ORGANIZAÇÃO



WEBINAR

INTEGRAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

ABERTURA



Paulo Penteado
Presidente da APMP

ABERTURA



Mário Sarubbo
Procurador-Geral de Justiça

ABERTURA



Manoel Murrieta
Presidente da CONAMP

ABERTURA



Paulo Sérgio de Oliveira e Costa
Diretor da ESMP

ABERTURA



Liliana Mercadante Mortari
Vice-Corregedora-Geral MP/SP

PALESTRANTE



Ministra Cármen Lúcia
Ministra do Supremo Tribunal Federal

PALESTRANTE



Danilo Salas
Agente da Polícia Federal

PALESTRANTE



Lucas Gualtieri
Procurador da República

CLIQUE AQUI E ASSISTA A LIVE

ORGANIZAÇÃO



APOIO

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356